

**A VOZ FEMININA NA LITERATURA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA: UMA
ANÁLISE DE QUESTÕES DE GÊNERO EM "QUARTO DE DESPEJO", DE
CAROLINA MARIA DE JESUS**

**Magna Suzy Carvalho de Santana¹, Geisa Pereira dos Santos², José Vanderlan dos Santos³,
Fernanda Lays da Silva Santos⁴, Diogo dos Santos Souza⁵**

¹Marechal Deodoro, Alagoas, Brasil, mscs@aluno.ifal.edu.br

²Marechal Deodoro, Alagoas, gps19@aluno.ifal.edu.br

³Marechal Deodoro, Alagoas, jvs50@aluno.ifal.edu.br

⁴Marechal Deodoro, Alagoas, fernanda.santos@ifal.edu.br

⁵Marechal Deodoro, Alagoas, diogo.souza@ifal.edu.br

Resumo

Este artigo analisa a representação da mulher negra periférica no espaço da favela em *Quarto de despejo* (1960), de Carolina Maria de Jesus, tomando o gênero como eixo central em articulação com raça e classe. A pesquisa é qualitativa, bibliográfica e documental, com delineamento exploratório e abordagem analítico-interpretativa do diário. Por meio de leitura próxima e análise temática de cinco excertos, investigam-se experiências de maternidade, cuidado, fome, violência doméstica e autoria em contexto de pobreza urbana, com atenção à sobrecarga do trabalho reprodutivo, à naturalização da violência e aos entraves raciais ao reconhecimento da escritora. O referencial teórico apoia-se na interseccionalidade, com destaque para Akotirene (2019), e em estudos recentes sobre voz, silenciamento, moradia e direitos sociais na obra. Os resultados indicam que a escrita diarística tensiona processos históricos de apagamento, inscreve fome e cuidado como regimes de tempo e corpo, expõe a violência de gênero como rotina socialmente tolerada e afirma a escrita como prática de resistência e autoria, reiterando a atualidade do texto para os debates sobre desigualdades interseccionais e direitos sociais.

Palavras-Chave: Quarto de despejo. Autoria feminina. Mulher negra periférica. Interseccionalidade. Violência de gênero.

Introdução

Publicado a partir de cadernos diarísticos escritos na favela do Canindé, em São Paulo, *Quarto de despejo* apresenta uma voz feminina que observa a cidade desde sua borda social e espacial. Em primeira pessoa, a narrativa registra trabalho informal, maternidade, fome, vizinhança e deslocamentos cotidianos, convertendo acontecimentos mínimos em matéria de escrita e reflexão. Ao organizar a experiência na forma do diário, o texto produz um modo de conhecimento ancorado no corpo e na casa como medidas do tempo e da cidade, deslocando o olhar sobre a periferia ao privilegiar o ponto de vista de quem vive, trabalha e cria filhos nesse território.

A partir dessa obra, o artigo discute a representação da mulher negra periférica no espaço da favela, tomando o gênero como eixo analítico central em articulação com raça e classe. O recorte se justifica porque o diário tensiona leituras despolitizadas do sofrimento social e torna visíveis práticas e afetos frequentemente invisibilizados pela cultura letrada, como o cuidado exaustivo e a busca por alimento. Ao mesmo tempo, o estudo busca aproximar forma literária e crítica social sem reduzir a literatura à ilustração sociológica, observando como a organização das cenas e das imagens reconfigura a relação do leitor com a periferia urbana.

O objetivo geral é analisar como a escrita diarística figura a experiência da mulher negra periférica, evidenciando o entrelaçamento de gênero, raça e classe na construção do ponto de vista e na composição das cenas. Investiga-se como cuidado, fome e trabalho informal organizam a temporalidade do texto, como a violência se inscreve no cotidiano e como emergem afirmações de autoria e dignidade em meio à despossessão material. Metodologicamente, adota-se abordagem qualitativa, bibliográfica e documental, com leitura analítico-interpretativa de excertos selecionados, articulada ao debate conceitual, de modo a explicitar a relação entre escolhas de linguagem e a experiência social narrada.

Fundamentação Teórica

Quarto de despejo resulta da organização de cadernos diarísticos escritos por Carolina Maria de Jesus na favela do Canindé, em São Paulo, durante meados da década de 1950, nos quais a autora registra, em primeira pessoa, a experiência cotidiana de pobreza urbana, maternidade e trabalho informal (Jesus, 2014). A edição preserva o ponto de vista “de dentro” e a linguagem da narradora, catadora de papéis e mãe solo, oferecendo um testemunho literário que combina observação do território, autorreflexão e crítica social.

A forma-diário estrutura uma temporalidade de urgências materiais — água, comida, renda, abrigo — e de tensões comunitárias, convertendo micro eventos em índice de dinâmicas estruturais da cidade. A fome comparece como motivo recorrente e, em passagens, ganha nome e cor, sinalizando o esforço de transformar sensação corporal em categoria narrativa; o cotidiano de coleta de recicláveis, filas, trocas e pequenos ganhos revela a fricção entre trabalho e cuidado com os filhos, marcando a experiência de mulheres negras periféricas.

O título-metáfora formula uma leitura espacial e política da favela como “quarto de despejo” da cidade, imagem que condensa estigma, descarte e despossessão, mas também anuncia o gesto de escrever como reposicionamento da voz e disputa por reconhecimento (Jesus, 2014). Publicado em 1960 e amplamente divulgado, o livro alcançou circulação nacional

e internacional, tornando-se referência para estudos literários, culturais e urbanos por articular experiência vivida e crítica das desigualdades.

Adotamos a perspectiva de análise proposta pela teoria da interseccionalidade como ferramenta analítico-metodológica para compreender a inseparabilidade entre gênero, raça e classe na experiência narrada em *Quarto de despejo*. Em perspectiva brasileira, Akotirene (2019) define a interseccionalidade como instrumentalidade teórico-metodológica da inseparabilidade estrutural entre racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado, alertando para o risco de esvaziamento do conceito quando reduzido a um somatório de marcadores (Akotirene, 2019).

Como afirma César, Alves e Reis (2023), uma leitura crítica de *Quarto de despejo* ganha densidade ao articular interseccionalidade e feminismo decolonial¹, pois os processos de exclusão e silenciamento que atingem mulheres negras precisam ser pensados também nas chaves históricas da colonialidade, dos deslocamentos diaspóricos e das hierarquias epistêmicas (César; Alves; Reis, 2023). Essa chave de leitura desloca universalismos e recentra a agência de autoras negras latino-americanas, conectando estética e política no exame do cotidiano de precariedade e resistência que a obra encena (César; Alves; Reis, 2023).

No diálogo com esse enquadre, Vieira e Johanson (2020) sustentam que a interseccionalidade, tal como formulada no campo do feminismo negro, opera como categoria de análise para tornar legíveis colisões simultâneas de opressão nas narrativas de mulheres negras; aplicada a *Quarto de despejo*, ela ilumina a co-constituição de raça, gênero e classe na construção da voz autoral e na organização do cotidiano (Vieira; Johanson, 2020).

Convergente a isso, Villas Gomes e Nogueira (2023) propõem ler a obra sob o foco da interseccionalidade de raça e gênero como articuladores de empoderamento e subjetivação da protagonista, evidenciando que a escrita diarística reposiciona Carolina como sujeito de sua experiência e reconfigura identidades em meio à pobreza urbana (Villas Gomes; Nogueira, 2023). Tal perspectiva sustenta que a forma-diário, centrada na rotina, produz legibilidade para dimensões do cuidado, do trabalho e da violência que costumam permanecer fora do suposto “universal” literário (Villas Gomes; Nogueira, 2023).

¹ Feminismo decolonial é uma perspectiva crítica formulada por feministas latino-americanas e caribenhas que contesta a universalização eurocêntrica do feminismo e reinsere a análise das opressões na chave histórica da colonialidade moderna. Articulado à interseccionalidade, privilegia as experiências de mulheres negras, indígenas e periféricas do Sul Global, recupera a ancestralidade em diáspora e denuncia hierarquias epistêmicas que silenciam suas vozes; por isso, torna pertinente ler *Quarto de despejo* relacionando raça, gênero e classe como processos históricos de exclusão e de resistência (César; Alves; Reis, 2023).

Para situar o lugar dessa experiência, Valadares (2021) enfatiza o entrelaçamento entre gênero e moradia e a pertinência de ler *Quarto de despejo* como uma espécie de etnografia urbana em linguagem informal, na qual o barraco, a favela e a cidade se tornam índices materiais de direitos, fronteiras e vulnerabilidades (Valadares, 2021).

Falar sobre gênero e moradia é trilhar entre o conservadorismo e o empoderamento feminino, embora os percursos, as interpretações e as conclusões sejam díspares. Estes dois temas estão no bojo de tais discussões ideológicas, pois o lugar para o exercício tradicional e conservador do papel feminino, onde a mulher é alocada para executar suas atividades, exercer o cuidado com a prole e os mais velhos é, também, o lugar da dinâmica social para a consolidação dos direitos e dos limites sociais de proteção e segurança. No âmbito urbano essa dicotomia do lugar se torna mais acentuada e as construções ideológicas flutuam entre ganhar e perder forças diante das desigualdades sociais (Valadares, 2021, p. 161).

Assim, ao integrar o aparato conceitual de Akotirene (2019), os aportes decoloniais de César, Alves e Reis (2023) e as leituras interseccionais de Vieira e Johanson (2020) e de Villas Gomes e Nogueira (2023), articulados à espacialidade analisada por Valadares (2021), delineamos um quadro teórico que permite ler *Quarto de despejo* como prática de autoria, resistência e conhecimento situado na favela.

Dando sequência ao percurso, ampliamos o enquadre para o sistema literário que viabiliza — ou freia — a circulação de vozes de autoras negras. Com base em análise quantitativa e histórico-crítica, Novack e Chagas (2025) sustentam que, entre 2003 e 2023, políticas educacionais e a ampliação do público leitor negro favoreceram a consolidação de um sistema literário de escritoras negras, com crescimento especialmente visível após 2015 (inclusive no romance), o que reforça a hipótese de que condições materiais e institucionais impactam a produção e o reconhecimento.

Esse horizonte macro ajuda a situar *Quarto de despejo* como antecedente e referência crítica para pensar gênero, raça, classe e território. Do ponto de vista metodológico, a leitura micro-histórica proposta por Silva, Magalhães e Conte (2025) reposiciona “Carolinas” — mulheres negras periféricas — como sujeitos, mostrando como a categoria trabalho atravessa o diário “do início ao fim”, em chave precária e vinculada à sobrevivência cotidiana; nessa chave, a literatura torna visíveis dinâmicas sociais e afetivas que a macroanálise tende a alisar (Silva; Magalhães; Conte, 2025).

Para fundamentar a estratégia de autoria que atravessa a leitura de *Quarto de despejo*, tomamos Conceição Evaristo como fonte conceitual primária do termo *escrevivência*, entendido como prática de escrita nascida da experiência social de mulheres negras e orientada

à produção de conhecimento e enfrentamento das hierarquias do cânone. Em Evaristo (2020), escrevivência não se confunde com “escrita de si” individualizante: emerge de um lugar histórico e coletivo, ancorado na memória diaspórica, no trânsito da voz para a letra e no gesto político de transformar vida em forma, com a finalidade de desestabilizar o conforto epistêmico de leituras hegemônicas e afirmar a autoinscrição de sujeitos negros no campo literário (Evaristo, 2020).

Na essência do termo, não como grafia ou como som, mas como sentido gerador, a imagem fundante é a figura da Mãe Preta [...]. Escrevivência, em sua concepção inicial, se realiza como um ato de escrita das mulheres negras, como uma ação que pretende borrar, desfazer uma imagem do passado, em que o corpo-voz de mulheres negras escravizadas tinha sua potência de emissão sob controle dos escravocratas. E se ontem nem a voz pertencia às mulheres escravizadas, hoje a letra, a escrita, nos pertencem também [...]. Por isso, afirmo: a nossa escrevivência não é para adormecer os da casa-grande, e sim acordá-los de seus sonos injustos (Evaristo, 2020, p. 29–30).

O foco no mundo do trabalho e na docência como espaço de disputa por reconhecimento ajuda a costurar literatura, sociologia e história. Santos (2024) demonstra, com base em dados e revisão teórica, que a combinação de racismo e sexismo produz “violências silenciosas” e segmenta o acesso de mulheres negras a posições “mais intelectualizadas”, recomendando a interseccionalidade como ferramenta analítico-metodológica para desnudar hierarquias persistentes (Santos, 2024). Em termos de historicidade e formações discursivas, a autora sublinha que a feminização do magistério não eliminou a divisão racial do trabalho, antes a reconfigurou sob novas camadas de invisibilização (Santos, 2024).

Retornando ao plano sistêmico, Novack e Chagas (2025) ainda indicam que o avanço recente de gêneros de maior fôlego (como o romance) depende de condições materiais de escrita — tempo, acesso a bens culturais, infraestrutura — o que reforça a tese de que políticas de inclusão impactam diretamente produção e circulação das autoras negras (Novack; Chagas, 2025).

Ao integrar o aparato conceitual de Akotirene (2019), os aportes decoloniais de César, Alves e Reis (2023) e as leituras interseccionais de Vieira e Johanson (2020) e de Villas Gomes e Nogueira (2023), articulados à espacialidade analisada por Valadares (2021), delineia-se um quadro teórico que permite ler *Quarto de despejo* como prática de autoria, resistência e conhecimento situado na favela. Nesse horizonte, a literatura de autoria feminina negra aparece como fenômeno simultaneamente estético e político, condicionado por estruturas sistêmicas que regulam a produção e a circulação de vozes negras na cena literária brasileira.

contemporânea (Novack; Chagas, 2025). A obra de Carolina evidencia, em chave micro-histórica, a centralidade do trabalho, da fome e do cuidado na organização do cotidiano, iluminando mecanismos de sobrevivência e formas de agência em contextos de precariedade urbana (Silva; Magalhães; Conte, 2025). Tal potência se associa à escrevivência enquanto poética de insurgência que desvela padrões opressores e reinscreve subjetividades negras no campo literário, afirmando a escrita como gesto de autoinscrição e denúncia (Lira, 2024). Esses vetores se adensam quando confrontados com o diagnóstico de desigualdades interseccionais persistentes, que incidem de modo particular sobre circuitos intelectualizados e demandam uma crítica capaz de explicitar hierarquias e exclusões ainda operantes nas instituições culturais e educacionais brasileiras (Santos, 2024). Desse modo, o arcabouço teórico reunido sustenta a leitura de *Quarto de despejo* como narrativa que, ao mesmo tempo, documenta e tensiona as materialidades da vida na favela, convertendo experiência social em conhecimento crítico e em intervenção simbólica.

O artigo de Brodwyn Fischer (2024) é pertinente para fundamentar a tese de que a favela constitui um remanescente histórico das lógicas da escravização no Brasil e, simultaneamente, um espaço ressignificado pela agência negra sob um horizonte decolonial. A autora rastreia as “pós-vidas da cidade escrava”, mostrando como regimes visuais e políticos forjados no século XIX continuaram a enquadrar, no pós-abolição, favelas e mocambos como alteridade perigosa, efêmera e “antimoderna”; ao mesmo tempo, evidencia que o urbanismo informal produziu suas próprias práticas e imagens, inscrevendo uma “cidade negra” no tecido urbano por meio de moradia, trabalho, cuidado e festa comunitária. Assim, a favela aparece como continuidade de formas de controle racializadas herdadas da escravidão e, também, como território de resistência e produção de mundo, o que dialoga diretamente com leituras decoloniais que enfatizam a persistência da colonialidade na produção do espaço e a contra-cartografia construída pelos moradores (Fischer, 2024).

Voz, Território e Interseccionalidade em *Quarto de Despejo*: Análises de Excertos

Nessa seção, iremos apresentar a leitura analítico-interpretativa de excertos selecionados de *Quarto de despejo*, tomando a interseccionalidade como eixo articulador de gênero, raça e classe e situando a experiência narrada no espaço urbano da favela. Partimos da compreensão de que a escrita de Carolina produz conhecimento situado e reinscreve a autoria negra feminina no campo literário, convertendo o cotidiano de trabalho, cuidado e fome em

matéria estética e política (Akotirene, 2019; Lira, 2024). A análise combina *close reading*² com referências críticas que discutem colonialidade, sistemas de legitimação literária e a produção social do espaço, a fim de iluminar as relações entre precariedade, agência e direitos sociais implicadas nas cenas do diário (César; Alves; Reis, 2023; Valadares, 2021). Cada trecho será examinado como gesto de voz e de mundo, articulando leitura de formas e motivos recorrentes às condições materiais que os sustentam e às dinâmicas de reconhecimento que atravessam a circulação de autoras negras no Brasil contemporâneo, sem perder de vista a histórica segmentação de oportunidades e as violências silenciosas que moldam trajetórias intelectuais de mulheres negras (Novack; Chagas, 2025; Santos, 2024). Nesse percurso, interessam tanto os modos como Carolina se constitui sujeito de sua narrativa quanto as imagens do cuidado e do trabalho que estruturam o tempo social do texto, em diálogo com leituras interseccionais recentes do corpus.

A primeira passagem a ser analisada é: “Eu ponho o saco na cabeça e levo-a nos braços. Suporto o peso do saco na cabeça e suporto o peso da Vera Eunice nos braços. Tem hora que revolto-me. Depois domino-me. Ela não tem culpa de estar no mundo” (Jesus, 2014, p. 20).

A cena explicita a sobreposição entre trabalho e cuidado que recai de forma desproporcional sobre a mulher negra periférica, convertendo o corpo materno em suporte simultâneo de produção e de reprodução social. A imagem do “saco” na cabeça e da filha nos braços performa a inseparabilidade material entre gerar renda no circuito informal e garantir a sobrevivência dos filhos, o que corresponde a uma dinâmica de opressões co-constitutivas, não somativas, que a interseccionalidade foi concebida para tornar legível (Akotirene, 2019; Vieira; Johanson, 2020). O texto sinaliza um tempo corporal dilatado pela precariedade, em que o cuidado interrompe e regula o trabalho e em que a necessidade de renda impõe deslocamentos com a criança, resultando em dupla carga física e afetiva. Em termos espaciais, a cena se ancora no território da favela, cuja materialidade organiza restrições e obriga arranjos domésticos e laborais que intensificam a desigualdade de gênero, de raça e de classe na cidade (Valadares, 2021).

A oscilação entre revolta e autocontenção que a narradora registra revela um regime afetivo moldado pela moralização da maternidade pobre e pela vigilância do entorno, mas também uma agência que negocia a sobrevivência sem culpabilizar a criança, recusando a

² *Close reading* (leitura atenta) é compreendida como um procedimento heurístico que atualiza o encontro com a materialidade do texto – léxico, sintaxe, imagens, ritmo – examinando “como” a passagem produz sentido, historicamente associado a tradições imanentista e hoje articulável a perspectivas contextuais (Marques, 2024).

retórica do “peso” da maternidade como fardo individual. Em chave de leitura de(s)colonial, esse gesto de escrita reinscreve a autora como sujeito de sua experiência, deslocando leituras paternalistas e expondo as estruturas que produzem a necessidade de trabalhar e cuidar ao mesmo tempo (César; Alves; Reis, 2023). As pesquisas sobre trabalho de mulheres negras apontam que a combinação de racismo e sexismo naturaliza a exigência de disponibilidade contínua para funções de cuidado e para postos informais, com pouca proteção social, o que se observa no diário como rotina e como gramática do corpo em esforço (Santos, 2024). No corpus, esse arranjo é reinterpretado como prática de conhecimento e de voz: a escrita transforma a cena cotidiana em dado crítico, aproximando literatura e denúncia, e fazendo da maternidade em precariedade um operador de análise social, na linha do que mostram as leituras interseccionais recentes da obra (Villas Gomes; Nogueira, 2023).

O segundo enunciado, “Eles não têm ninguém no mundo a não ser eu. Como é pungente a condição de mulher sozinha sem um homem no lar” (Jesus, 2014, p. 20), condensa a maternidade solo como regime de responsabilidades ampliadas e pouco compartilhadas, articulando cuidado, renda e tempo sob precariedade. A sobrecarga não se explica por um marcador isolado, mas pela co-constituição de gênero, raça e classe que estrutura a divisão sexual do trabalho e a distribuição desigual de riscos e suportes na periferia urbana (Akotirene, 2019). A “condição de mulher sozinha” ganha densidade quando situada no território da favela, onde moradia, acesso a serviços e segurança modulam as possibilidades de conciliar cuidado e sobrevivência, evidenciando o entrelaçamento entre gênero e produção social do espaço.

Ao deslocar a culpabilização individual e registrar a própria reflexão, a narradora se apresenta como sujeito que decide e interpreta a experiência, convertendo a vulnerabilidade em conhecimento situado. Como argumentam Villas Gomes e Nogueira (2023), a escrita reposiciona Carolina como sujeito de sua experiência, enquanto a noção de escrevivência ilumina a conversão do cotidiano em gesto estético e político que torna legíveis práticas e afetos historicamente invisibilizados (Lira, 2024). Desse modo, a passagem reconfigura a maternidade solo menos como destino privado e mais como efeito de arranjos estruturais que a literatura denuncia e elabora criticamente, afirmando a voz feminina negra periférica como lugar de interpretação do mundo.

Já no trecho "porque eu também sou favelada. Sou rebotalho. Estou no quarto de despejo, e o que está no quarto de despejo ou queima-se ou joga-se no lixo" (Jesus, 2014, p. 34), a autodefinição “sou rebotalho” e a metáfora do “quarto de despejo” condensam uma gramática da abjeção que ultrapassa a experiência individual e expõe o ponto de interseção

entre gênero, raça e classe na periferia urbana. Ao identificar-se como aquilo que “ou queima-se ou joga-se no lixo”, a narradora traduz simbolicamente um regime de hierarquização social que atribui menor valor a corpos e vidas negras e pobres, mecanismo que a interseccionalidade foi concebida para tornar inteligível como co-constituição de opressões e não como soma de marcadores (Vieira; Johanson, 2020). Situada no território da favela, essa autoimagem revela como a produção social do espaço funciona como tecnologia de descarte e controle, onde moradia precária, serviços insuficientes e estigma territorial reforçam desigualdades e naturalizam a exclusão (César; Alves; Reis, 2023).

Ao mesmo tempo, a inscrição desse “lixo social” em forma de diário opera uma torção decisiva: a voz que se nomeia como resto converte a linguagem do estigma em denúncia e conhecimento situado. Em termos de poética e política, a escrita funciona como escrevivência, desmontando padrões opressores e reinscrevendo a subjetividade feminina negra no campo literário, ao transformar a experiência de descarte em interpretação crítica do mundo (Lira, 2024). Nessa chave, a passagem evidencia também as “violências silenciosas” que estruturam trajetórias e expectativas de reconhecimento, sobretudo para mulheres negras em circuitos intelectualizados, iluminando o vínculo entre precariedade material e deslegitimação simbólica (Santos, 2024). Assim, o trecho afirma a potência de *Quarto de despejo* em expor a lógica do descarte e simultaneamente produzir agência por meio da palavra, reposicionando a autora como sujeito de leitura e de mundo.

A cena descrita em “As mulheres que eu vejo passar vão nas igrejas buscar pães para os filhos. Que o Frei Luiz lhes dá, enquanto os esposos permanecem debaixo das cobertas” (Jesus, 2014, p. 34) explicita a naturalização de uma divisão sexual do trabalho que empurra às mulheres, sobretudo negras e pobres, a linha de frente da sobrevivência cotidiana, combinando cuidado, provisão e mediação com instituições de caridade. Ao deslocar o sustento para circuitos assistenciais, o texto revela como a pobreza produz uma economia moral do cuidado que recai sobre corpos femininos, enquanto a participação masculina é narrada como ausência, inércia ou não corresponsabilidade, quadro coerente com diagnósticos sobre “violências silenciosas” e segmentação de oportunidades que atingem mulheres negras em contextos laborais e domésticos (Santos, 2024). No espaço urbano, essa coreografia entre fila da igreja, lar precário e trabalho informal manifesta a produção social da favela como território onde gênero, moradia e cidadania se friccionam, convertendo o cuidado em logística de sobrevivência (Valadares, 2021).

Em perspectiva interseccional e decolonial, a passagem também dialoga com leituras que apontam como a escrita de mulheres negras transforma cenas de necessidade em contra-narrativas que evidenciam estruturas de exclusão e repertórios de agência. O recorte de Carolina faz ver que a responsabilização feminina pelo sustento não é exceção, mas padrão sistêmico que atravessa o cotidiano e se reproduz em rotinas comunitárias, tema que a crítica recente identifica como eixo de subjetivação e empoderamento ao reinscrever a mulher como sujeito de sua própria narrativa. Além disso, ao situar a obtenção de alimento em redes religiosas e não em políticas públicas universais, o excerto ilumina as condições materiais que moldam a circulação e o reconhecimento de autoras negras, isto é, um sistema literário e social que só recentemente vem abrindo espaço para essas vozes (Borges; Busnello; Wiggers, 2024). Nesse gesto, a escrevivência reorganiza a experiência de precariedade em conhecimento situado, articulando crítica social e forma literária.

Por último, na passagem “Eu escrevia peças e apresentava aos diretores de circos. Eles respondia-me: -É pena você ser preta. Esquecendo eles que eu adoro a minha pele negra, e o meu cabelo rústico” (Jesus, 2014, p. 59), o juízo “é pena você ser preta” explicita o racismo como mecanismo de porteira que condiciona o acesso à cena cultural e desqualifica a autoria a partir do corpo racializado, articulando hierarquias de raça, gênero e classe na forma de um veto estético e institucional. Em termos analíticos, a interseccionalidade permite compreender que não se trata de um preconceito isolado, mas de uma co-constituição de opressões que organiza oportunidades e reconhecimentos na cultura letrada (Akotirene, 2019). Do ponto de vista do campo literário, o episódio revela a persistência de filtros de legitimação que deslocam mulheres negras para fora do centro de prestígio, o que dialoga com diagnósticos sobre as condições materiais e simbólicas que historicamente restringiram a circulação de suas obras, ainda que se observe um adensamento recente de escritoras negras e uma disputa por novos espaços de reconhecimento (Novack; Chagas, 2025). Em chave decolonial, esse gesto de exclusão é efeito de uma hierarquia epistêmica que atribui menor valor às vozes negras e femininas, exigindo leituras que evidenciem o vínculo entre colonialidade do saber e racismo institucional nos circuitos artísticos.

A resposta da narradora, “eu adoro a minha pele negra e o meu cabelo rústico”, opera como contrafala que recusa a gramática do embranquecimento e reinscreve positivamente a corporeidade negra. Tal afirmação funciona como estratégia de autoria e de subjetivação, convergente com a noção de escrevivência enquanto poética de insurgência que desmascara padrões opressores e reconfigura lugares de voz no campo literário. Ao declarar amor ao próprio

corpo, a autora converte estigma em autoria, reposicionando-se como sujeito que interpreta e denuncia a estrutura que a tenta desautorizar, movimento que a crítica recente identifica em *Quarto de despejo* como processo de empoderamento e de produção de conhecimento situado (Villas Gomes; Nogueira, 2023). O episódio também evidencia as “violências silenciosas” que perpassam circuitos intelectualizados, onde o racismo opera sob a aparência de critérios estéticos neutros, reforçando a necessidade de análises que desnaturalizem tais filtros e suas consequências para trajetórias de mulheres negras.

Considerações Finais

A análise evidenciou que *Quarto de despejo* ultrapassa o registro e transforma a favela em campo de sentido, onde gênero, raça e classe se entrelaçam. Trabalho informal e cuidado materno compõem um arranjo generificado que impõe à mulher negra periférica sustentar a família, com pouca proteção social. A narrativa expõe a favela como resto da cidade, alternando internalização e contestação do olhar de descarte, e indica que o reconhecimento é atravessado pela cor, como na cena de racismo que afirma a negritude.

Interpretativamente, o estudo mostrou que gênero, raça e classe estruturam a forma do diário, não apenas seus temas. A favela aparece como contenção que produz precariedade, mas também como espaço de solidariedade e invenção, fazendo da escrita enunciação pública. Mesmo com apenas cinco excertos, o recorte indica a contribuição do texto para pensar a circulação de vozes negras femininas e a disputa pelo direito de narrar. Em síntese, a obra confirma a leitura interseccional como chave de sua força literária e política.

Referências

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BORGES, Joana Vieira; BUSNELLO, Bruna; WIGGERS, Roberto Evaldo. Violência doméstica em Quarto de Despejo: uma proposta de ensino de História para a Educação de Jovens e Adultos. **Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura**, São Cristóvão, v. 18, n. 34, p. 29–48, 2024. DOI: 10.61895/pl.v18i34.21050.

CÉSAR, Waldimiro Maximino Tavares; ALVES, Elis Regina Fernandes; REIS, Gabriela Gomes. Feminismo, interseccionalidade e decolonialidade no diálogo entre Quarto de Despejo e *Cartas a uma negra*. **Anuário de Literatura**, Florianópolis, v. 28, p. 1–20, 2023. DOI: 10.5007/2175-7917.2023.e93896.

EVARISTO, Conceição. A escrevivência e seus subtextos. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (orgs.). **Escrevivência: a escrita de nós – Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

FERNANDEZ, Raffaella; FRONZA, Cristiane Viana da Silva. Carolina Maria de Jesus rompendo o silenciamento das vozes negras – breve leitura interseccional. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 26, n. 49, p. 328–343, 2024. DOI: 10.23925/ls.v26i49.62471.

GOMES, Eliani de Lima Villas; NOGUEIRA, Nícea Helena de Almeida. A interseccionalidade na narrativa Quarto de Despejo de Carolina Maria de Jesus. **Ipotesi – Revista de Estudos Literários**, Juiz de Fora, v. 27, n. 2, p. 89–97, jul./dez. 2023.

HIRATA, Helena. Subjetividade e sexualidade no trabalho de cuidado. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 46, p. 151–163, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8645399>. Acesso em: 28 nov. 2025.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. 10. ed. São Paulo: Ática, 2014.

LIRA, Albânia Celi Moraes de Brito. A estratégia narrativa em Insubmissas lágrimas de mulheres: uma leitura interseccional. **PerCursos**, Florianópolis, v. 25, e0109, 2024. DOI: 10.5965/19847246252024e0109.

NASCIMENTO, Bianca Obregon do. Reflexões sobre gênero na obra Quarto de Despejo. **Caderno Intersaberes**, Curitiba, v. 11, n. 33, p. 105–117, 2022.

SPAREMBERGER, Raquel Fabiana Lopes; OLIVEIRA, Flavia Dall Agnol de. Colonialidade e feminismo subalterno em “Quarto de Despejo” de Carolina Maria de Jesus. **Anamorphosis – Revista Internacional de Direito e Literatura**, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 511–527, 2020. DOI: 10.21119/anamps.62.511-527.

VALADARES, Raquel Gomes. O Quarto de Carolina: o gênero, a moradia e os direitos sociais em Quarto de Despejo. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, Brasília, v. 15, n. 1, p. 160–181, 2021. DOI: 10.21057/repamv15n1.2021.37044.

VIEIRA, Julia de Freitas; JOHANSON, Izilda Cristina. A interseccionalidade a partir de “Quarto de Despejo”, de Carolina Maria de Jesus. **Revista PHILIA | Filosofia, Literatura & Arte**, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 244–268, 2020. DOI: 10.22456/2596-0911.103989.